Gazeta Mercantil

9/5/1985

NEGOCIAÇÃO

FAESP entrega contraproposta

por Wanda Jorge

de São Paulo

Em uma rápida reunião de quarenta minutos, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) entregou ontem sua contraproposta às reivindicações apresentadas pela Fetaesp, entidade que representa os cortadores de cana-de-açúcar na negociação. Após quase quarenta dias de conversações, pouco avanço se tem no encaminhamento dos 29 itens reivindicados. Apenas treze pedidos foram aceitos pelos usineiros e fornecedores, e nenhum deles de peso fundamental nas cláusulas econômicas.

A diferença entre os valores pedidos para a diária mínima e o pagamento por tonelada de cana cortada continua bastante grande. Enquanto os trabalhadores reivindicam uma diária mínima de Cr\$ 50 mil, a FAESP dispõe-se a pagar Cr\$ 16.825. Em nota distribuída à imprensa, a entidade patronal explica que esta diária é básica, a ser paga "mesmo nos dias em que devido a intempéries o trabalho não puder ser realizado", e o valor real de recebimento dos bóias-frias será o relativo à sua produção.

José Grazziano da Silva, assessor econômico da Fetaesp, afirma que os patrões ofereceram duas alternativas para pagamento da cana cortada: na primeira, o preço levaria em conta a cana em pé e a cana deitada, de dezoito meses e de outros cortes, a valores que iriam variar de Cr\$ 4.723 a Cr\$ 5.449 a tonelada: ou então haveria apenas um preço para cana de dezoito meses (Cr\$ 5.200) e de outros cortes (Cr\$ 4.960), sem diferenciar se estivesse em pé ou deitada.

Neste ano a safra paulista de cana-de-açúcar apresentou alta produtividade, e a maior incidência é de cana deitada, por isso Grazziano considera que do ponto de vista do cortador será melhor manter a diferenciação, uma vez que o trabalhador rende 15 a 25% menos quando corta a cana deitada. Mas os valores oferecidos, mesmo assim, continuam muito distantes, uma vez que a reivindicação da Fetaesp equivale a Cr\$ 12 mil a tonelada.

O cálculo de reajuste do preço da cana oferecido pelos patrões, segundo Grazziano, foi da variação do INPC mais 2% de produtividade sobre o acordo de Guariba, em maio de 1984. Ele acrescenta que naquela data o acordo apenas recuperou a perda de salário sobre o ano anterior, mas que em março de 1984 o bóia-fria da cana estava ganhando 53%, em termos reais, dos valores que recebia em março de 1977. Com a proposta da FAESP, acrescenta Grazziano, um cortador médio, que produza 4 toneladas por dia de cana, irá receber cerca de Cr\$ 500 mil mensais e terá emprego garantido somente até novembro, quando termina a colheita. Passará cinco meses até a próxima colheita, portanto, tendo de viver com a sobra desse salário mensal que puder economizar.

A posição defendida pela Fetaesp é de negociar um acordo de trabalho de um ano (de maio a maio), e não apenas a ocupação da mão-de-obra durante a safra. No entanto, nenhum dos mecanismos para evitar o desemprego na entressafra e a perda salarial de um acordo que não inclui reajustes periódicos foi aceito pelos patrões, diz o assessor da Fetaesp.

No Estado de São Paulo, segundo levantamento da Fetaesp, existem 500 mil bóias-frias trabalhando no pico da safra de cana-de-açúcar. O trabalho inicia-se normalmente em maio,

com a colheita, mas neste ano as usinas não começaram a recrutar os trabalhadores. Segundo Grazziano, apenas três usinas paulistas começaram sua colheita, com o auxílio de colheitadeiras e a utilização de mão-de-obra migrante vinda de Minas Gerais e do Paraná. Esses trabalhadores, conforme Grazziano, não exigem um contrato regular de serviço e ocupam os barracões das usinas como moradia.

Uma nova reunião entre Fetaesp e FAESP ficou marcada para a próxima semana, após a reunião que o conselho da entidade dos trabalhadores fará amanhã, em Araraquara.

(Página 11)